

Questionário de Direito Financeiro

Professor Titular Heleno Torres

1. Defina a noção de atividade financeira do Estado.
2. Indique os princípios do federalismo fiscal, a partir da unidade econômico-política do território nacional.
3. Quais são as particularidades do princípio da legalidade em matéria de Direito Financeiro?
4. Quais são os elementos que podem ser adotados para identificar uma definição constitucional de tributo?
5. Explique porque o tributo não se pode constituir em sanção a ato ilícito.
6. Quais são as principais fontes do Direito Financeiro?
7. Faça a distinção entre lei complementar e lei ordinária e diga se há relação de subordinação entre elas. Lei ordinária pode alterar conteúdo de lei complementar?
8. Que são normas gerais de direito financeiro? Examine a relação entre os art. 24, I, e 163, e diga quais são as funções da lei complementar no sistema de Direito Financeiro. Para cada uma, identifique os artigos constitucionais correspondentes e dê exemplos.
9. Identifique os limites para uso das medidas provisórias em matéria de Direito Financeiro.
10. Explique a relação intertemporal e a conexão normativa entre as leis de plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais, de modo a evidenciar programas, projetos e atividades distribuídos por unidades orçamentárias, conforme as suas respectivas dotações e limites referidos a metas e riscos fiscais.
11. Defina o orçamento, diga quais suas funções e diga se se trata de lei formal ou material, na forma de ato condição ou outro sentido.
12. O que significa dizer que a lei orçamentária estima receitas e fixa despesas para determinado exercício do ponto de vista do regime de caixa para a receita e do regime de competência para a despesa?
13. Por que a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao definir o conteúdo e o modo de execução da Lei de Orçamento Anual, opera como verdadeiro eixo analítico do ciclo orçamentário em torno do qual todo o restante se estrutura? O que são as metas e os riscos fiscais que a LDO deve conter?

Qual o papel das metas fiscais para a renúncia de receitas e para a geração de novas despesas?

14. Distinga o alcance dado à lei de plano plurianual pelo art. 165, I e § 1º e o art. 167, § 1º da Constituição em relação aos planos de desenvolvimento nacional (art. 174, § 1º da CR/1988) e em relação aos planos setoriais, como, por exemplo, o Plano Decenal de Educação (art. 214 da CR/1988) e os Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Saúde (conforme Lei do SUS – Lei 8080/1993 e Lei Complementar n 141/2012).
15. Explique a impositividade orçamentária à luz do princípio da vedação de vinculação da receita de impostos e suas exceções inscritas no art. 167, IV, também da Constituição.
16. Explique como o equilíbrio almejado no art. 1º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal se relaciona com as metas fiscais da LDO e impõe restrições objetivas à execução da LOA.
17. Cabe o exame de constitucionalidade das leis orçamentárias? Quais limites materiais e formais são usualmente invocados para refutar tal controle?
18. Conceitue, explique e correlacione os seguintes princípios orçamentários: legalidade, anualidade, unidade, universalidade, equilíbrio, transparência e publicidade.
19. Como as “escolhas públicas” devem coincidir com os programas orçamentários inscritos nas leis de PPA, LDO e LOA?
20. Explique o orçamento à luz dos princípios da legalidade e do princípio da democracia, a partir da noção do Estado Democrático de Direito.